

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 84

Data: 1 de Outubro de 1984

Pg.: _____

Governo não investirá mais no Carajás Agrícola

Da Sucursal de Brasília

O técnico do Projeto Carajás Agrícola, no Ministério da Agricultura, Egidio Lessinger, afirmou que até o final deste governo não serão solicitados empréstimos externos para desenvolvimento do Projeto Carajás, em termos de agricultura. O Carajás Agrícola, segundo Lessinger, permanecerá em "ponto morto" até que outro governo decida dar-lhe prosseguimento ou extingui-lo. Os técnicos da "Japan International Cooperation Agency" (JICA), que visitaram no final do mês passado os sete pólos do projeto, vieram apenas constatar as possibilidades de o Brasil aumentar suas exportações de alimentos para o Japão, através da abertura de novas fronteiras agrícolas.

"Não temos recursos suficientes para financiar o custeio da próxima safra e seria incoerente pedirmos dinheiro externo para abrir novas fronteiras de produção", disse Lessinger, para quem o projeto é mantido como uma chama para que, no futuro, com uma possível recuperação econômica do país, ele possa ser levado adiante.

O coordenador do Projeto Carajás Agrícola no Ministério da Agricultura, Isidoro Yamanaka, porém, acha que o Brasil ainda tem chances de

obter financiamento externo para o projeto, através da JICA. Este departamento do Ministério do Exterior do Japão procura em outros países potencialidades de aumento de produção de alimentos, que possam garantir o abastecimento do Japão nos próximos anos. Os empréstimos concedidos pela JICA para que os países em desenvolvimento possam aumentar sua produção agrícola geralmente não exigem contrapartida. E é na contrapartida que o Brasil tem tropeçado nas suas intenções de obter financiamentos externos para uma série de programas, porque não existem recursos financeiros.

Segundo Lessinger, entretanto, os japoneses voltaram ao seu país e deixaram aqui apenas um relatório sobre as potencialidades dos sete pólos do Projeto Carajás Agrícola (três no Pará, três no Maranhão e um em Goiás), sem qualquer acerto sobre possíveis financiamentos. Por enquanto, os únicos recursos disponíveis para o projeto derivam da isenção do Imposto de Renda, por 10 anos, concedido às pessoas jurídicas que quiserem se estabelecer em qualquer dos sete pólos do Projeto. Neste caso já estão enquadradas as empresas Andrade e Gutierrez, Camargo Corrêa, Tocantins e Babacu.NF